



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE LETRAS

GRANDES QUESTÕES CONTRA O GRANDE IRMÃO:

UMA LEITURA DE *1984* DE G. ORWELL PARA OS JOVENS BRASILEIROS DO
SÉCULO XXI

DÉBORA SILVA PLUVIE DE MELLO

RIO DE JANEIRO

2023

DÉBORA SILVA PLUVIE DE MELLO

GRANDES QUESTÕES CONTRA O GRANDE IRMÃO:

**UMA LEITURA DE *1984* DE G. ORWELL PARA OS JOVENS BRASILEIROS DO
SÉCULO XXI**

MONOGRAFIA SUBMETIDA À FACULDADE DE LETRAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, COMO REQUISITO
PARCIAL PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE BACHAREL EM
LETRAS NA HABILITAÇÃO PORTUGUÊS/LITERATURAS.

ORIENTADOR: PROF. DR. MÁRCIO JAREK

RIO DE JANEIRO

2023

FOLHA DE AVALIAÇÃO

DÉBORA SILVA PLUVIE DE MELLO
DRE: 112088808

GRANDES QUESTÕES CONTRA O GRANDE IRMÃO: UMA LEITURA DE 1984, DE GEORGE ORWELL, PARA OS JOVENS BRASILEIROS DO SÉCULO XXI

MONOGRAFIA SUBMETIDA À FACULDADE DE LETRAS
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO,
COMO REQUISITO PARCIAL PARA A OBTENÇÃO DO
TÍTULO DE BACHAREL EM LETRAS NA HABILITAÇÃO
PORTUGUÊS/LITERATURAS.

DATA DA AVALIAÇÃO: 07/01/2023

BANCA EXAMINADORA:



PROF. DR. MARCIO JAREK – UFRJ – PRESIDENTE

NOTA: 9,0 (NOVE)



PROF. DR. ADAURI SILVA BASTOS – UFRJ – LEITOR CRÍTICO

NOTA: 9,0 (NOVE)

MÉDIA: 9,0 (NOVE)

A Deus que, em sua infinita graça, mostrou que a vida vale a pena ser vivida - e me cercou de amor.

“Enquanto houver lugares onde seja possível a asfixia social; em outras palavras, e de um ponto de vista mais amplo ainda, enquanto sobre a terra houver ignorância e miséria, livros como este não serão inúteis.”

HUGO, Victor. Os miseráveis. São Paulo: FTD, 2013.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	DE QUE MODO A DIVERSIDADE DE IDEIAS POLÍTICAS AJUDA O REGIME DEMOCRÁTICO?	4
3	COMO A NEGAÇÃO CIENTÍFICA AFETARÁ O FUTURO DA SOCIEDADE E A QUESTÃO DA MEMÓRIA	7
4	A NECESSIDADE DE APARATO EDUCACIONAL COMO MECANISMO DE DEFESA	12
5	IGNORÂNCIA É FORÇA	14
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	21

1 INTRODUÇÃO

Quando "1984" foi publicado em 1949, o profético autor George Orwell talvez não tivesse a dimensão da repercussão de seu trabalho ao redor do mundo, principalmente diante da pauta da educação e seu legado. Nesse sentido, pensar mundos melhores – e também piores – é um movimento muito antigo. Reside nessa prática, assim como nas inúmeras manifestações que expressam a vontade de melhores condições de vida, um pano de fundo ao qual podemos chamar de utopismo. Que seria, segundo alguns de seus principais debatedores, uma espécie de “sonho social” comum a todas as sociedades humanas que, diante de uma insatisfação, se propõem a pensar soluções (CLAEYS, 2013; SARGENT, 1994).

Hoje, o maior concurso vestibular do país, o ENEM, cobra a partir de suas questões a serem respondidas pelos candidatos, inclusive na avaliação de escrita - a redação, o reconhecimento de valores sociais e humanos atualizáveis e permanentes no patrimônio literário nacional. No entanto, pouco escutamos sobre essas pautas nas salas de aulas pelo nosso país, principalmente diante do crescimento exponencial de *holdings* educacionais, conforme citou o canal jornalístico Carta Capital, disponível em <https://www.cartacapital.com.br/opiniaio/o-oportunismo-dos-grandes-conglomerados-de-educacao/>.

Por outro lado, fala-se bastante que só a educação muda o futuro. De fato, em uma determinada perspectiva, a afirmação tornou-se um clichê por ser tão repetida, mas não há nada mais inovador que a educação. Só a educação muda o futuro porque a ignorância é muito cara – seja essa em qualquer tipo de plano. A ignorância impede a capacidade que o indivíduo tem de escolher o que é melhor para si e isso pode ter consequências irreversíveis. Nesse sentido, Hannah Arendt, elaborou *Eichmann em Jerusalém, Um relato sobre a banalidade do mal*, em que expõe a escrita com base no julgamento, perante a corte distrital de Jerusalém, de Adolf Eichmann, ex-oficial nazista. O réu foi acusado e condenado por crimes cometidos contra judeus e outras minorias. A condenação compreendeu crimes levados a efeito durante o regime nazista em diversos países do continente europeu. A narrativa parte do pressuposto de que, diante do tribunal, está um sujeito. Mas tal indivíduo é, de fato, tão somente o centro de todo aparato jurídico constituído no polêmico julgamento da corte israelense:

A justiça exige que o acusado seja processado, defendido e julgado, e que fiquem em suspenso todas as questões aparentemente mais importantes – “Como pôde acontecer uma coisa dessas?” e “Por que aconteceu?”, “Por que

os judeus?” e “ Por que os alemães?”, “Qual o papel das outras nações?” e “Até que ponto vai a responsabilidade dos aliados?”, “Como puderam os judeus, por meio de seus líderes, colaborar com sua própria destruição?” e “Por que marcharam até a morte como carneiros para o matadouro?”. A justiça insiste na importância de Adolf Eichmann, filho de Karl Adolf Eichmann, aquele homem dentro da cabine de vidro construída para a sua proteção: altura mediana, magro, meia-idade, quase calvo, dentes tortos e olhos míopes, que ao longo de todo julgamento fica esticando o pescoço para olhar o banco das testemunhas (sem olhar nem uma vez para a platéia), que tenta desesperadamente, e que quase sempre consegue, manter o autocontrole, apesar de seu tique nervoso que lhe retorce a boca provavelmente desde muito antes do começo deste julgamento. Em juízo estão os seus feitos, não o sofrimento dos judeus, nem o povo alemão, nem a humanidade, nem mesmo o anti-semitismo e o racismo. (ARENDR, 2011, p.15).

Verificamos na figura do ex-oficial descrito pela filósofa Arendt uma espécie de não-humano, um ser vazio de toda e qualquer semelhança com a sensibilidade diante de uma sociedade feita de pessoas. Orwell, assim, a partir de um universo de ignorantes capazes de organizar, acobertar e colocar em prática duas guerras mundiais, como Adolf Eichmann, elaborou a obra *1984*, que conta a narrativa de Winston, protagonista que vive aprisionado na grande engrenagem totalmente dominada pelo Estado, onde tudo é feito coletivamente, mas onde cada qual vive sozinho. Ninguém escapa à vigilância, nem à vingança do Grande Irmão, a mais famosa personificação literária de um poder cínico e cruel ao infinito. No enredo, O'Brien, personagem antagonista do livro de Orwell, um hierarca do Partido dominante da região fictícia chamada Oceânia, é quem explica a Winston, protagonista: "Não estamos interessados no bem dos outros; só nos interessa o poder em si. Nem riqueza, nem luxo, nem vida longa, nem felicidade: só o poder pelo poder, poder puro." (ORWELL, 2016, p.308)

De maneira genial, o autor elaborou o conceito de pensamento-crime: crime essencial que, englobando todos os outros, permita supressão e morte dos seres e das suas faculdades mentais, sendo necessária a flexibilidade incessante dos fatos para evitá-lo. Esse processo expressa, no distópico romance as incoerências presentes em um cenário no qual a ortodoxia do Partido governante, sobrepujando o ideal de liberdade, instituiu um processo de “inconsciência consciente”, determinado pela defesa, ao mesmo tempo, de duas opiniões contraditórias; algo teoricamente impossível, porém, capaz de consolidar um estado mental predominante: o da insanidade comedida. Nesse contexto, a instauração de símbolos

nacionais – como a Novafala (ou "Novilíngua)" e o Grande Irmão –, a preservação de uma ideologia única e a reconstrução das falsas versões da História propiciavam a manipulação e o controle dos pensamentos e perpetuavam, desse modo, o poderio do Partido. Tal acontecimento, entretanto, não está restrito apenas à ficção de Orwell, haja vista que, hoje, por exemplo, o Estado brasileiro ainda cria mecanismos de alienação para conquistar autoridade, preservando a hierarquia social desigual como justificativa para as diversas barbáries impostas às classes menos favorecidas - e qual parece ser o melhor lugar para moldar mentes a seu bel prazer? Sim. As escolas.

Neste trabalho, a ideia é que observemos por meio da metodologia da revisão bibliográfica e de uma análise argumentativa de temas e questões que envolvem o panorama da importância da leitura do revolucionário livro *1984*, que entra em conflito com as barbáries políticas e sociais brasileiras. Como objetivo, a temática mostra-se inegavelmente importante para a sociedade por debater a manipulação de informações, sistemas de governos totalitários, a perda da privacidade e a necessidade para fazer da união social uma força autoritária.

Jovens, principalmente, do Ensino Médio, por sua vez, foram elencados como o público desta monografia que tem como principal característica o aprofundamento de questões já iniciadas nos anos anteriores da Educação Básica, a saber, a preparação para o mercado de trabalho e a atuação, de forma ética e responsável, na sociedade, como é deliberado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mas que não são postas em prática. Além disso, o Ensino Médio é a terceira e última etapa escolar, logo espera-se que evidencie a importância de um posicionamento crítico frente às diversas práticas sociais encontradas fora da escola.

Observaremos, além disso, os benefícios da diversidade de opiniões políticas para a construção de um Estado Democrático de Direito, bem como a educação deve estar aliada à valorização da ciência, questões que no contexto dos personagens de Orwell estão extremamente distantes. A memória, a tortura e os elementos que permitem, ainda, suas existências serão trabalhadas de maneira a suscitar a reflexão e consequente mudança de postura em tempos como os nossos - em que a negação do passado é moeda de troca entre os grandiosos do poder brasileiro. Para isso, a estrutura piramidal social exibida em *1984* serve como uma analogia a ser vista.

A ideia é que livros não sejam descartáveis e sejam melhor aproveitados no sentido de proporcionar competências e habilidades críticas em um momento tão particular – a vida

na escola – e o futuro desse conseqüente adulto. Victor Hugo, em "Os Miseráveis", reafirma a capacidade literária de construção de indivíduos.

2 DE QUE MODO A DIVERSIDADE DE IDEIAS POLÍTICAS AJUDA O REGIME DEMOCRÁTICO?

“Da era da uniformidade, da era da solidão, da era do Grande Irmão, da era do duplipensamento – saudações!”. (ORWELL, 2016, p.40)

Historicamente, em uma primeira análise, a liberdade do debate e a ampla discussão acerca dos mais variados temas que envolvem a sociedade de um país está intimamente interligada à liberdade de expressão. Esse é um princípio democrático que tem por objeto não somente a proteção de pensamentos e ideias, mas também de opiniões, crenças e críticas a agentes do poder - isso, de modo a garantir o pleno funcionamento de um Estado Democrático de Direito. A tão sonhada e aguardada Constituição Brasileira de 1988 nos garante esse dispositivo.

A obra “1984”, de George Orwell, foi escrita durante a década de 1940 e publicada em 1949. Foi publicada, portanto, durante o período histórico posterior à Segunda Guerra Mundial, em que as potências então “vencedoras” iniciavam uma batalha ideológica polarizada, principalmente, por capitalismo e socialismo. No decorrer do século, ascenderam regimes totalitários que se utilizavam de teses contraditórias, caracterizando a discrepância entre teoria e realidade que levaria a um pessimismo acerca do futuro da humanidade. Nas palavras de Eric Fromm (2016, p. 365), que escreve o posfácio do livro *1984*, “o sentimento de desesperança no futuro do homem contrasta marcadamente como uma das características mais fundamentais do pensamento ocidental: a fé no progresso humano e na capacidade do homem de criar um mundo de justiça em paz”.

De maneira contrária ao que Fromm e nossa Constituição defendem, a ambientação de *1984* é suprimida pelo autoritarismo. Nesse sentido, de modo análogo, em diversos momentos da História, governos totalitários, objetivando a soberania, estabeleceram mecanismos de controle capazes de limitar a difusão de ideologias e evitar pensamentos divergentes dos pretendidos; a exemplo, a Ditadura Militar brasileira, por meio do Ato Institucional número 5, determinou a censura prévia dos meios de comunicação e a atuação do DOI-CODI, encarregado de inferir práticas de agressão e tortura aos opositores. Hoje, estados ainda almejam a alienação da população e instituem organismos coercitivos para impedir a diversidade, de modo que sustentam a existência de uma violência extremamente opressora, responsável por motivar múltiplas práticas de discriminação.

Enquanto a incerteza é o questionamento, a ignorância é a ausência de reconhecimento das brechas e a confiança em certezas falhas. O indivíduo que ignora, desconhece tanto sua realidade, quanto o seu próprio estado de ignorância. (CHAUI, 2011, p. 111). Assim, quando Winston Smith, personagem da obra *1984* depara-se com uma falha no discurso do Partido, inicia a busca pela verdade que guiará sua trajetória no decurso do livro de George Orwell.

A busca pela verdade, de forma geral, está relacionada a uma decepção ou desilusão em relação ao discurso que é apresentado. Desse modo:

“A criança [...] se decepciona ou se desilude quando descobre que querem que acredite como sendo ‘de verdade’ alguma coisa que ela sabe ou que ela supunha que fosse ‘de faz de conta’. Os jovens se decepcionam e se desiludem quando descobrem que o que lhes foi ensinado e lhes foi exigido oculta a realidade, reprime sua realidade, diminui sua capacidade de compreensão e de ação. Os adultos se desiludem ou se decepcionam quando enfrentam situações nas quais o saber adquirido, as opiniões estabelecidas e as crenças enraizadas na consciência não são suficientes para que compreendam o que se passa nem para que possam agir ou fazer alguma coisa.” (CHAUI, 2011, p.113).

A razão para a importância concedida ao passado, à liberdade de expressão e ao pensamento divergente é que, inexistente um modelo comparativo, a população dominada tolera as condições vigentes. Através deste pensamento, é que o Partido de *1984* impede a comunicação entre as diferentes nações.

“[...] os territórios inimigos jamais são invadidos. [...] Fazê-lo, porém, seria violar o princípio adotado por todas as partes – mas jamais formulado –, de integridade cultura. Se a Ocênia fosse conquistar as áreas que um dia foram conhecidas como França e Alemanha, seria necessário ou bem exterminar seus habitantes, empreendimento de grande dificuldade física, ou bem assimilar uma população de cerca de cem milhões de pessoas que, no tocante a desenvolvimento técnico, encontra-se perto do nível dos habitantes da Oceânia. O problema é o mesmo para os três superestados. É absolutamente o necessário para suas estruturas que não haja contato com estrangeiros [...] Se tivesse permissão, para manter contato com os estrangeiros, descobriria que são criaturas semelhantes a ele, e que quase tudo o que lhe disseram [...] é mentira” (ORWELL, 2016, p. 232-233)

Em contrapartida, a diversidade fomenta a liberdade e a supressão dos padrões tradicionais, criando um novo horizonte - de respeito e empatia - capaz de incitar a equidade, principal guia para uma nação justa e democrática. Além disso, a instituição de uma democracia delibera e reflete os interesses do povo à medida que viabiliza a participação ativa do corpo social por meio da expressão de diferentes ideias políticas. Todavia, na contemporaneidade, Estados totalitários, como a China – que utiliza campos de reeducação para doutrinar muçulmanos quanto às ideologias nacionais –, instituem mecanismos para manipular as comunidades e limitar os pensamentos, impedindo a formação de uma sociedade heterogênea. Nesse sentido, tal fato preserva o poder dessas instituições e prejudica a democracia, fundamentada pelo agir comunicativo que incita debates necessários às efetivas decisões políticas e promove a deliberação e a conquista de um consenso que visa ao bem coletivo.

Dessa maneira, a legitimidade dos governos democráticos é alcançada apenas por meio da convivência com a diversidade de princípios, o que possibilita a tolerância e minimiza as práticas discriminatórias, estabelecendo um Estado de Direito no qual as liberdades individuais são valorizadas e respeitadas. Desse modo, o pluralismo de ideias políticas ratifica os interesses do povo ao suscitar o respeito às diferentes convicções e a resolução de pautas antes negligenciadas, instaurando uma sociedade atuante.

Quanto mais plural é o conteúdo veiculado nas grandes mídias, universidades e escolas, maiores são as chances de ir contra à distopia de Orwell:

“Você acha que a realidade é uma coisa objetiva, externa, algo que existe por conta própria. Também acredita que a natureza da realidade é autoevidente. Quando se deixa levar pela ilusão de que vê alguma coisa supõe que todos os outros veem o mesmo que você. Mas eu lhe garanto, Winston, a realidade não é externa. A realidade existe apenas na mente do Partido, que é coletiva e imortal. Tudo o que o Partido reconhece como verdade é a verdade. É impossível ver a realidade senão pelos olhos do Partido.” (ORWELL, 2016, p. 292)

Sim, é possível e fundamental ver a realidade fora dos grandes partidos brasileiros, embora essa vontade nunca tenha se mostrado de modo efetivo no Brasil pelos que controlam as comunidades que não têm voz.

3 COMO A NEGAÇÃO CIENTÍFICA AFETARÁ O FUTURO DA SOCIEDADE E A QUESTÃO DA MEMÓRIA

De acordo com as teorias evolucionistas, tudo começou há cerca de 13,5 bilhões de anos, quando ocorreu o Big Bang e surgiu o Universo, com seus elementos fundamentais: matéria, energia, tempo e espaço. Pouco mais de 9 bilhões de anos depois, formou-se o Sistema Solar e, com ele, a Terra - onde os primeiros sinais de vida orgânica remontam a 4 bilhões de anos. Nosso ancestral direto, o “homo sapiens”, tem sua linhagem reconduzida há mais ou menos 70 mil anos. Somos, diante de tanto, crianças em um Universo de gente - gente que constrói, cria, modifica, gente que pesquisa. Seria racional acreditar, desse modo, que pelas veredas do tempo, a ciência teve um papel fundamental na evolução das relações humanas, na qualidade de vida, na viabilização do convívio ético e, até mesmo, na própria medição do tempo.

Orwell levanta a pauta do negacionismo da ciência a partir do momento que traça uma antevisão futurista do *Grande Irmão* que a tudo controlaria. A divulgação e o entendimento do que é ciência torna-se cada vez mais distante de ser objeto de atenção, e o desinteresse dos jovens pelo conhecimento desaparece aos poucos. Aquilo que vende e gera lucros justificaria a centralização do eu em nossa época, cada vez mais paranoica e doentia, com indivíduos que buscam encontrar em toda forma de violência maneiras de ganhar espaço. Dependendo da situação, podem estar utilizando até mesmo suborno ou coerção para que as informações divulgadas sejam aquelas que querem que a população receba, como denota este trecho de 1984:

O'Brien: 'Que são as estrelas? Pontos de fogo a alguns quilômetros de nós. Poderíamos tocá-las se quiséssemos, ou apagá-las. A Terra é o centro do universo. O Sol e as estrelas giram em torno dela. Para certos fins, naturalmente, isso não é exato. Quando navegamos no oceano, ou quando prevemos um eclipse, muitas vezes achamos mais conveniente supor que a Terra gira em torno do Sol e que as estrelas estão a milhões de quilômetros de distância. Mas e daí? Você acha que não podemos criar um sistema astronômico dual? As estrelas podem estar próximas ou distantes, segundo as nossas necessidades. Você acha que nossos matemáticos não são capazes de fazer isso? Já se esqueceu do duplipensamento?'

(ORWELL, 2016, p. 310-311)

Heráclito, grego da cidade de Éfeso, nos legou o aforisma “Phanta Rei”, tudo flui, muda. Mais de 1000 anos depois, Camões escreveu que “mudam-se os tempos, mudam-se as vontades”. Partindo do pressuposto da mudança, observamos que a Ciência se fez notória em cada pequeno câmbio de tempo e possibilitou que nós, crianças neste mundo de bilhões de anos, pudéssemos viver de modo digno.

Nas Ciências Jurídicas, após a Segunda Guerra Mundial, a dignidade da pessoa humana se tornou um dos mais expressivos consensos mundiais, servindo de fundamento para o advento de uma cultura fundada na centralidade dos Direitos Humanos. Progressivamente, ela foi incorporada às declarações internacionais de direitos e às Constituições democráticas, contribuindo para a formação crescente de uma massa crítica de jurisprudência, em que países se beneficiam da experiência de outros. Um futuro distante da razão e, conseqüentemente da ciência nos afasta, portanto, dos direitos fundamentais e rasga um passado histórico de luta e resistência.

"Guarda-te, pois, a ti mesmo! Cuida de nunca esquecer o que viste com os teus olhos, para que isso não saia jamais do teu coração, enquanto viveres. Antes ensina-o aos teus filhos e netos." (Deuteronômio 4:9) Quando pensamos em atrofia da memória, os trechos que abrem este capítulo mostram-se extraordinariamente pertinentes, haja vista que trabalharemos aqui os absurdos lemas do Partido despótico criado por Orwell, espinha dorsal da narrativa de Orwell. De forma alguma, o romance traz um enredo de um amor inabalável, de uma política, mas um enredo sobre poder. Nesse sentido, as linhas argumentativas que trançam "1984" perpassam os seguintes três lemas: "Ignorância é força", "Guerra é paz" e "Liberdade é escravidão". Os dois primeiros são complexificados na metalinguagem de um livro existente dentro da própria narrativa - "O livro do Goldstein", personagem odiado pela população de Oceânia. Já o terceiro lema é abordado na última parte do livro, quando há diferentes episódios de tortura.

A tortura esteve presente nas fogueiras da Inquisição Espanhola, nas senzalas brasileiras, nos campos de concentração nazistas, nos porões durante a Ditadura Militar em nosso país: a resistência de grupos que, unidos, sustentarem os horrores de sistemas opressores e, desse modo, deixaram um legado que jamais poderá ser esquecido. A união em contextos totalitários não só faz como, até mesmo, levanta forças por anos adormecidas - e a Revolução Francesa mostra-se um inegável exemplo disso. Com efeito, a ligação entre pessoas contra poderes despóticos apresenta-se como fundamental, haja vista um aterrorizante passado histórico e a relevância de diferentes mentes que debatam um tópico

para uma mesma motivação: uma vida com dignidade. Preservar o acesso à memória e à verdade é, desta forma, promover um exercício contínuo de crítica e reflexão, de modo que não se permita a repetição de violações já perpetradas e a ocorrência de novas, afinal “a transparência se faz requisito essencial para a efetivação de um regime democrático” (SANTOS, BUCCI, 2015).

“Na minha terra, o condenado é informado da sentença” (KAFKA, 2020). Na obra “Na colônia penal”, novela escrita por Franz Kafka, nos deparamos com um personagem estrangeiro à tal colônia de cativos que, diante da possível tortuosa e humilhante execução de um prisioneiro, movimentava pensamentos como o exposto na mente do protagonista executor. O contexto, embora ficcional, ilustra com bastante precisão diferentes momentos da História Mundial em que grupos dissidentes ao poder imposto pelo sistema foram capazes de, por meio de discursos e, principalmente, ações, despertar algum tipo mínimo de reflexão acerca das atrocidades desse modelo de poder. Nesse ínterim, defendemos a fundamental importância de observar as ficções distópicas, as artes e, sobretudo, o passado - de maneira a perceber como a união é capaz de suscitar mudanças; e isso pode ser observado desde grupos de padres brasileiros que, na década de 1970, abrigaram perseguidos políticos, até alemães em contexto de guerra que receberam judeus em suas casas. Fatos esses que não deram fim aos conflitos, mas, em sua expressão mínima, garantiram a vida daqueles que foram abraçados. De maneira análoga, hoje, a partir de uma nova onda de governos de extrema direita, mostra-se expressiva a perseguição simbólica e física a negros, homossexuais, mulheres e tantos outros. Assim, tais vicissitudes acontecem de um modo mais opressor que no passado, uma vez que o ódio hodierno, diferentemente de outrora, aparece velado pelas redes sociais, pelos grandes veículos de comunicação e, substancialmente, pelas majoritárias oligarquias de poder político que, como no Partido desenhado por George Orwell, em “1984”, têm como finalidade primária a manutenção do poder em sua essência pura. Diante de tanto, para que os gritos de horror de inúmeros capítulos de opressão sejam silenciados no futuro, é necessário que seres humanos corajosos ousem enfrentar seus mais profundos medos pessoais, conforme lido na mais tensa cena de tortura da obra de Orwell em questão - e unam-se às minorias semelhantes, de maneira que não só suas mentes possam ser agraciadas, mas também suas ações, fazendo da força um produto da união.

Partiremos aqui de um recorte em que o personagem Winston, a partir de um fervoroso desejo de sair do cenário opressivo em que vive, encontra-se com um grupo

denominado "Confraria", uma reunião de indivíduos que está se levantando supostamente contra o poderio do Grande Irmão. Essas vozes dissidentes se reúnem - embora vejamos mais à frente que seu objetivo, de fato, não era esse. Há, nessa reunião, uma conversa de expressiva relevância entre Winston e O'Brien, agente infiltrado do Partido. Veremos aqui o nível de comprometimento e indignação que Winston tem em relação ao Partido - o protagonista enxerga o ainda então desconhecido opositor como mais forte, mais poderoso, obtinha mais recursos e uma posição social mais alta que a sua. Nesse sentido, o discurso que aqui está, em certa medida, explica o conceito de "Liberdade é escravidão":

Começou a fazer as perguntas (O'Brien) numa voz baixa, inexpressiva, como se aquilo fosse um procedimento rotineiro, uma espécie de catecismo cujas respostas soubesse, na maioria, de antemão.

“Dispõe-se a comprometer sua vida?”

“Sim.”

“Está preparado para cometer assassinatos?”

“Sim.”

“Concorda em cometer atos de sabotagem que podem causar a morte de centenas de inocentes?” “Sim.”

“Trair seu país em benefício de potências estrangeiras?”

“Sim.”

“Enganar, falsificar, chantagear, corromper crianças, distribuir drogas que causam dependência, estimular a prostituição, disseminar doenças venéreas — fazer tudo o que possa causar a desmoralização e o enfraquecimento do poder do Partido?”

“Sim.”

“Se, por exemplo, jogar ácido sulfúrico no rosto de uma criança for uma ação que de alguma forma atenda a nossos interesses, será capaz de executá-la?”

“Sim.”

“Dispõe-se a perder a identidade e passar o resto da vida trabalhando como garçom ou estivador?”

“Sim.”

“Está preparado para cometer suicídio se e quando lhe for ordenado fazer isso?”

“Sim.”

“Estão dispostos, vocês dois, a se separarem e nunca mais se verem?”
“Não!”, interveio Julia.

(ORWELL, 2016, p.206)

Questão somada à ótica analítica do passado para que indivíduos unam-se contra instâncias opressivas está a reflexão acerca do debate - o que pode e deve ser feito a partir da comunhão de seres humanos que vivem diante de um processo de resistência. Com efeito, a partir da ligação de diferentes ideias é possível chegar a uma nova diretriz de vida mais favorável. O que seria de Descartes sem Locke, Bacon e Newton para que o Iluminismo alcançasse seus tão relevantes feitos como a própria Revolução Francesa? Nesse sentido, o debate é transitório da vida humana, porque existe desde as civilizações mais primitivas. Assim, a discussão de ideias contra contextos totalitários demonstra sua força, uma vez que a discussão consiste numa interação social em que diferentes sujeitos trocam e confrontam, no interior de um grupo, suas respectivas posições sobre um problema para propor uma solução - de modo que permitem ao indivíduo, ao mesmo tempo, a evolução da socialização e do pensamento e a criação de grupos de resistência mais fortalecidos por meio do raciocínio lógico.

Zumbi dos Palmares, no contexto da escravidão brasileira; Anne Frank e sua família no Nazismo; Carlos Marighella na Ditadura Militar; em 2018, Marielle Franco; e na ficção de Orwell, Winston e Julia - seu amor, foram corajosos e ousados em suas narrativas - demonstraram que o poder das ideias vai muito além de uma dimensão espaço-temporal. Ideias de pessoas que se unem contra poderes despóticos ultrapassam a fronteira do tempo, do contexto; de modo que, hoje, não unir-se contra qualquer tipos de Estados ou sistemas totalitários é rasgar os enredos desses e de tantos outros que morreram lutando para que tivéssemos uma vida digna.

4 A NECESSIDADE DE APARATO EDUCACIONAL COMO MECANISMO DE DEFESA

“Abaporu” é uma pintura a óleo da artista Tarsila do Amaral, uma das principais integrantes do Movimento Antropofágico Modernista no Brasil. Nessa, a figura de um indivíduo com pés e mãos grandes, em comparação à mente pequena no quadro, sobressai na arte e denuncia o débil suporte intelectual das sociedades marginalizadas da década de 1930 - o que se perfaz, inegavelmente, em nossos tempos. De maneira análoga, Jorge Amado, em seu homônimo romance “Capitães da Areia” tratou esse cenário por meio de “crianças que estudam para cangaceiro na escola da miséria” (AMADO, 2019) - diálogos esses que ressaltam, com efeito, a ausência do aparato educacional como mecanismo de defesa das populações abandonadas.

Salta à vista que o Brasil enquanto Colônia, Império ou República foi moldado administrativamente como tirânico e opressivo, ao compasso que a presença de uma população não escolarizada o beneficiasse - e o voto de cabresto que marcou toda a República Velha é prova irrefutável. Isso de modo que os interesses do Estado passaram a superar as necessidades das minorias, em seus mais diferentes planos, bem como exposto na distopia de George Orwell, “1984”, a qual ilustra um microcosmos de silenciamento de sujeitos e um universo de queda e degradação da Dignidade Humana. Dessa maneira, tais atrozidades estão, de forma inexorável, levantadas por múltiplos senhores “Winston” que, oprimidos por um Estado que se manifesta por uma Polícia de Ideias, tentam a sobrevivência. De modo análogo, no Brasil, está o inconstante Sistema de Educação que, ao não fornecer um ensino democrático de qualidade, aliena, aprisiona e tira a capacidade de brasileiros escolherem o que é melhor pra eles, o que fere - em suma mais íntima essência - todo e qualquer princípio instituído na Constituição de 1988.

Questão somada a um Estado inoperante está uma sociedade compactuada que anda de mãos dadas com a manutenção da dificuldade de acesso à educação pelas diferentes minorias representativas. Nesse contexto, tal cenário é validado em múltiplos espaços mundo a fora, como na proibição da frequência escolar de mulheres em diferentes países árabes, e no Brasil, em especial, pelo ávido Coronelismo durante a República Oligárquica, em que as esferas elitistas sociais eram movidas pelo individualismo, imoralidade e pela ausência de escrúpulos, o que tornava ainda mais indefesos indivíduos como o Pedro Bala, de Jorge Amado. Nesse sentido, já delatou a premissa hugoana, no

ilustre “Os miseráveis”, que “os justos passam correndo e não veem os choros dos pequenos”. Essas incongruências, então, são manifestadas até hoje no silêncio de indivíduos passivos que, no âmago de suas inércias, não buscam uma efetiva mudança.

Garantir a democratização do aparato educacional medida pelo amplo acesso aos Direitos Fundamentais, como moradia, educação, trabalho e outros reafirmados no Artigo 6 de nossa Carta Magna, portanto, remete ao corajoso processo de gestação de uma sociedade esclarecida, justa e harmônica.

5 IGNORÂNCIA É FORÇA

"Ao longo de todo tempo registrado e provavelmente desde o fim do Neolítico, existem três tipos de pessoas no mundo: as Altas, as Médias e as Baixas. Essas pessoas se subdividiram de várias maneiras, responderam a um número incontável de diferentes nomes, e seus totais relativos, bem como sua atitude umas com as outras, têm variado de uma época para a outra: mas a estrutura piramidal jamais foi alterada. Mesmo depois de tremendas comoções e mudanças aparentemente irrevogáveis, o mesmo modelo sempre tornou a se formar, assim como um giroscópio sempre reencontra o equilíbrio, por mais que seja empurrado nesta ou naquela direção." (ORWELL, 2016, p.216)

Pensemos, então, que essas camadas são divididas ao longo da história da humanidade na realidade e na distopia de Orwell - em todo e qualquer plano - e a motivação é sempre a mesma: o poder, entendendo o poder como a capacidade que se tem de instrumentalizar o outro para uma agenda pessoal; é fazer que se quer com o outro. Diante disso, vemos que os Altos permanecem em sua posição no topo; ou seja, quem é Alto é poderoso e quer continuar dessa maneira. Um exemplo claro no Brasil é o cenário político a partir de sua desconstrução ética. Essa lógica pôde ser verificada no Senado, quando Fernando Collor, primeiro presidente a sofrer impeachment no continente americano, foi sorteado para a presidência da comissão de - pelo incrível que pareça - Ética do Senado Federal. Os Médios querem ser os Altos; e os Baixos, segundo a distopia orwelliana é que não exista essa diferença.

"O objetivo dos Baixos, isso quando têm um objetivo - pois uma das características marcantes dos baixos é o fato de estarem tão oprimidos pela trabalhadora que só a intervalos mantêm alguma consciência de toda e qualquer coisa externa a seu cotidiano - é abolir todas as diferenças e criar uma sociedade na qual todos os homens sejam iguais. Assim, ao longo da história, um conflito cujas características básicas permaneçam inalteradas se repete uma ou outra vez. Durante

longos períodos os Altos parecem ocupar o poder de forma absolutamente inabalável, porém mais cedo ou mais tarde sempre chega o dia em que eles perdem ou a confiança em si mesmos ou a capacidade de governar com eficiência - ou as duas coisas. São derrubados pelos Médios, que angariam o apoio dos Baixos fingindo lutar por liberdade e justiça. Nem bem atingem seu objetivo, os Médios empurram os Baixos de volta para sua posição subalterna, a fim de se tornarem eles próprios os Altos. Nesse momento um novo grupo de Médios se desprende de um dos dois outros grupos, ou de ambos, e o conflito recomeça." (ORWELL, 2016, p.238)

Nesse contexto, é possível inferir que o mesmo ciclo distópico trazido por Orwell está intimamente interligado às ambições dos sistemas de poder opressivo que regem o mundo contemporâneo porquanto a ineficiência burocrática do Estado configura um entrave à superação das agressões contra as camadas afetadas pela "ignorância" no contexto brasileiro. Essa perspectiva é comprovada pelo papel passivo dessa instituição, que, ao postergar ao máximo as decisões jurídicas relacionadas às injúrias, proporciona a transgressão das normas presentes na Constituição, impede a realização da justiça. Sob tal ótica, os diversos abusos, tanto psicológicos, quanto físicos, decorrem, consoante o exposto a partir da imposição do capital simbólico que, associado à honra e ao prestígio, disfarça as relações de poder, responsáveis por estabelecerem a coerção.

Por outro lado, Paulo Freire em sua "Pedagogia do Oprimido" acreditava na educação e em sua capacidade de ter utopia para modificação do status quo: "Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam". (FREIRE, 2009, p.23) A desumanização promovida por uma realidade opressora não se verifica apenas no oprimido que tem sua humanidade roubada, mas também, no opressor que em sua prática violenta se afasta da vocação do homem de ser mais. Nesses termos o autor se expressa:

A violência dos opressores, que os faz também desumanizados, não instaura uma nova vocação – a do ser menos. Com discordância do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem recuperar sua humanidade, que é uma forma

de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. (FREIRE, 2009, p.33).

O Partido totalitário de Orwell, diante do contrário do que propõe Freire, consegue, de certa forma, "congelar a História" para que os Médios descontentes nunca mais pudessem ter a possibilidade de retirar os Altos do poder. Distopias são alertas, conforme já defendemos. Logo, o alerta e desafio é desfazer a ideia que "Ignorância é força", no núcleo dos Altos. Nesse sentido, a narrativa apresenta o personagem Winston sendo torturado, porque ele é um Médio que pode se revoltar - e isso é plausível nas mais diferentes esferas da realidade Ocidental. Se todas as pessoas tivessem tudo, se todas as pessoas fossem "iguais", se não houvesse diferenças, não haveria pirâmide; e se não há pirâmide, não há poder. Nessa lógica, se todas as pessoas tivessem pleno acesso a bens, produtos e serviços, a sociedade piramidal acabaria. A igualdade foi se tornando possível ao longo da história e, por isso, foi se transformando em uma inimiga. Devido ao advento do industrialismo e da possibilidade de se produzir muito, a revolução já é possível. Um exemplo é a Revolução Francesa. Nesse período, a igualdade e a liberdade eram um sonho, porque estavam na mão dos "proletas".

Seria exagero dizer que ao longo da história nunca houve progresso material. Mesmo hoje, num período de declínio, o ser humano médio está fisicamente em melhor condição do que há alguns séculos. Mas nenhum progresso na área da riqueza, nenhum refinamento da educação, nenhuma reforma ou revolução jamais serviram para que a igualdade entre os homens avançasse um milímetro que fosse. Do ponto de vista dos Baixos, nenhuma mudança histórica chegou a significar muito mais que uma alteração no nome de seus senhores. Nos últimos anos do século XIX a recorrência desse modelo ficara óbvia para muitos observadores. Nesse momento surgiram escolas de pensadores que interpretavam a história como um processo cíclico e pretendiam demonstrar que a desigualdade era a lei inalterável da vida humana. É claro que essa doutrina sempre teve partidários, mas havia uma mudança significativa na forma como ela era apresentada naquele momento. No passado, a necessidade de haver uma forma hierárquica de sociedade fora a doutrina específica dos Altos. Defendiam-na reis e aristocratas, bem como sacerdotes, advogados e

outros parasitas dos Altos, que amenizavam essa doutrina com promessas de recompensa num mundo imaginário no além- túmulo. Os Médios, na medida em que lutavam pelo poder, sempre faziam uso de termos como liberdade, justiça e fraternidade. Naquele momento, porém, o conceito de fraternidade humana começou a ser atacado por pessoas que ainda não ocupavam posições de mando, mas que alimentavam a esperança de ocupá-las em breve. No passado os Médios haviam feito revoluções sob a bandeira da igualdade, para depois instalar uma nova tirania assim que a anterior era derrubada. Na verdade os novos grupos Médios proclamavam antecipadamente sua tirania. (ORWELL, 2016, p.338)

No microcosmo de "1984", não existe, ao menos, a promessa". Vimos esse cenário acontecer na História com o Stalinismo, com Robespierre e com tantos outros. Manipulação. Controle. Exploração. Poder. Eis o cenário que perpetua a repressão, utilizando a carência do conhecimento como forma de alienação do corpo social.

Tal constatação, como observada, é caracterizada pelo romance distópico "1984", de George Orwell, uma vez que esse narra um governo totalitário que, para se impor sob todas instâncias sociais, elimina, seja pela queima de informações ou pelas releituras falaciosas dos fatos, todas evidências de mudanças e contradições ao "Grande Irmão". Nesse sentido, da mesma forma que os indivíduos da ficção são manipulados pelo não saber, a sociedade contemporânea mostra-se alienada e privada de parcela da liberdade por aqueles que detém o conhecimento. Dessa forma, sem a reflexão sobre a importância da informação para a manutenção de uma democracia efetiva, as relações de poder se manterão a partir de uma prática que apesar de, muitas vezes, ser de forma indireta, está enraizada na cultura da sociedade: o controle do pensamento e da linguagem. Com efeito, o conhecimento vai muito além de um substantivo - ele rompe os grilhões do Sistema.

Convém ressaltar que o conhecimento e a informação são poderosos recursos para a manutenção da hierarquia do poder. Manter um padrão de diferença social e a relação de oprimido e opressor torna-se uma prática fácil, haja vista que indivíduos desprovidos de aprendizagem não possuem artifícios para rebater aqueles que se dizem superiores e detentores do poder. Dessa maneira, diferentes comunidades com baixa escolaridade são mais facilmente manipuláveis, uma vez que além de não alcançarem o manejo da linguagem,

possuem poucos conhecimentos históricos e, conseqüentemente, por não deterem essas informações, tendem a repetir as mazelas do passado. Dessa forma, defendemos que a falha educacional apresenta-se como um projeto político, já que é mais acessível aos opressores determinar sua vontade sobre a do povo. A partir dessa análise, observa-se que enquanto a manipulação e a exploração forem a regra, a isonomia será exceção. Sob outro viés, deve-se levar em consideração os veículos midiáticos como importantes instrumentos de manipulação, visto que é um meio de disseminação de informação, que pode ser facilmente controlado pelos opressores. Isso ocorre a partir da divulgação e produção de conteúdos distorcidos ou omitidos, objetivando favorecer os detentores de poder e, por conseguinte, alienar a sociedade com o controle de seu pensamento. Com isso, da mesma forma que tal instrumento foi utilizado em ficções, como em “1984”, que por meio das “teletelas” eram transmitidos noticiários integralmente governamentais, as mídias foram amplamente empregadas em vários períodos da História, a título de exemplo: a Ditadura Militar no Brasil com as suas propagandas ufanistas, as propagandas nazistas contra os judeus e outras minorias e, até mesmo, a Era Vargas com a criação da imagem de “Pai dos Pobres”. Desse modo, propagar informações, que exaltam o governo ou omitam problemas políticos, econômicos e sociais faz com que a maior parte da sociedade acredite nessas situações e, como consequência, permaneça a seu favor. Observa-se, portanto, que, por meio do poder da linguagem, é possível manter uma relação de exploração. De fato, tal problemática mostra-se uma realidade atual amplamente utilizada por múltiplos membros do corpo político brasileiro, a fim de controlar e manipular a população.

Sendo assim, ao retirar o acesso à informação e o direito à educação de qualidade, o princípio da democracia é quebrado em detrimento do controle almejado pelos opressores. Por conseguinte, a estrutura cultural vigente se mantém a partir da alienação e do controle do pensamento dos indivíduos. Diante disso, para a ruptura dessa prática, urge uma necessidade: dar o poder do conhecimento aos oprimidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante esta pesquisa, uma leitura imersiva à obra *1984* foi realizada. Orwell, um dos pioneiros da Literatura Distópica tornou-se pauta de um expressivo alerta à humanidade contemporânea. Distopias são alertas. Verificamos incessantemente esse tópico porquanto não queremos que mais uma geração seja sacrificada por tantos Grandes Irmãos, como os grandes veículos midiáticos e suas notícias falsas, escolas sem debates, universidades sem pesquisas, cerceamento de opiniões e discursos de ódio.

Para isso, neste trabalho, a soma da fala tão necessária de Hannah Arendt, Paulo Freire, Victor Hugo e Marilena Chauí, por mais aparentemente distantes que sejam, transaram um ponto de vista que culmina na valorização de uma vida boa - uma vida que valha a pena ser vivida.

Apesar de hoje, no Brasil de 2023, com esperanças de dias melhores, não vivamos à mercê do totalitarismo, vimos as linhas de poder extremamente tênues na Literatura de Orwell e suas consequências - como expressão máxima a morte. *1984* ainda se faz presente em todos os dias, porquanto nela está registrada a narrativa de um escritor que trouxe uma lente aguçada para os tais fins injustos e desumanos. Orwell ultrapassou o poder opressor da força física e da coerção, expondo as fragilidades tão íntimas a nós do protagonista Winston, além dos perigos dessa forma de poder que cresce desenfreadamente em nossos dias ao redor do mundo.

Ao escrever essas considerações finais, percebo que novamente abri uma discussão na qual reina a impossibilidade de um fechamento definitivo. Enquanto não agarrarmos livros, estudarmos livros, mergulharmos em livros, Winstons existirão - e esse ciclo não terá fim. Observar um objeto, conforme aprendi arduamente neste trabalho, requer afastamento - e não se pode delimitar o que ainda não teve fim; mas existe a história. Existe a ciência. Existe a memória. Existem as lutas. Existem os livros.

Massacramos você, Winston. Quebramos você. Olhe o que resta do seu corpo. Sua mente está no mesmo estado. Não acho que ainda lhe reste muito orgulho. Você foi submetido a chutes, açoites e insultos; gritou de dor, rolou pelo chão sobre seu sangue e o seu vômito. Implorou por clemência, traiu tudo e todos. Pode imaginar uma degradação que ainda não tenha sofrido?

Winston parou de chorar, embora as lágrimas continuassem a lhe escorrer dos olhos. Olhou para O'Brien.

"Não trai Julia" disse.

O'Brien olhou pra ele, concentrado. "Não", disse. "Não. Isso é mesmo verdade. Você não traiu Julia."

(...)

"Diga-me", falou, "quando é que vão me matar?"

"Pode demorar", respondeu O'Brien. "Você é um caso difícil. Mas não perca as esperanças. Mais cedo ou mais tarde, todos se curam. No fim, nós o mataremos." (ORWELL, 2016, p.318-319)

No enredo de Orwell, Winston e Julia não morrem fisicamente; mas morrem suas ideias, seu amor, seu desejo de mudança.

Aqui está o fim e o (re)início desta pesquisa: que não sejamos mortos, ocos, vazios; que o debate e o legado de uma vida imersa na dignidade seja ponto fundamental.

REFERÊNCIAS

- ARENDR, Hannah. **Eichmann em Jerusalém – Um relato sobre a banalidade do mal**. 11a Ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2011
- CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. 14. ed. São Paulo: Atica, 2011.
- CLAEYS, Gregory. **Utopia: a história de uma ideia**. São Paulo: Edições SESC SP, 2013. Trad. Pedro Barros.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 41ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- HUGO, Victor. **Os miseráveis**. São Paulo: FTD, 2013.
- KAFKA, Franz. **Na Colônia Penal**. 1 Ed. Rio de Janeiro: Antofágica, 2020.
- ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- REIS, Gilson. Jornal digital Cartal Capital.
O oportunismo dos grandes conglomerados de educação. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/o-oportunismo-dos-grandes-conglomerados-de-educacao/>. Acesso em: 5 de janeiro de 2023.
- SANTOS, Queila Carmona dos; BUCCI, Alexandre. **Direitos humanos e breves notas a respeito do direito à memória e do direito à verdade**. In: XXIV ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI – UFS, 2015, Florianópolis. Direito Internacional dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.conpedi.org.br/publicacoes/c178h0tg/phc1kv31>. Acesso em 5 de janeiro de 2023
- SARGENT, Lyman T. **The Three Faces of Utopianism Revisited**. In: Utopian Studies, Vol. 5, N. 1, Penn Un. Press, 1994.